

## **Desafios da Sustentabilidade em Cidades Costeiras Brasileiras**

### **Autor(res)**

Ana Maria Foguesatto

Diogo Ricardo Martins Balestra

### **Categoria do Trabalho**

Iniciação Científica

### **Instituição**

FACULDADE DE DIREITO DE URUGUAIANA - ANHANGUERA

### **Introdução**

As mudanças climáticas representam um dos maiores desafios do século XXI, com impactos diretos nos direitos humanos e no meio ambiente. O aquecimento global, impulsionado por emissões de gases de efeito estufa, causa elevação do nível do mar e intensifica eventos climáticos extremos, exigindo respostas urgentes e coordenadas. Cidades costeiras, por sua alta concentração populacional e importância econômica, são vulneráveis a esses efeitos. A rápida urbanização e o crescimento populacional desordenado agravam os riscos climáticos e desequilíbrios socioambientais. Neste contexto, a problemática central da pesquisa é a capacidade dessas cidades de integrar sustentabilidade e resiliência frente às ameaças climáticas, alinhando-se à Agenda 2030 da ONU. A pesquisa justifica-se pela urgência de implementar instrumentos de adaptação climática nessas regiões, visando proteger populações e garantir o direito à cidade sustentável.

### **Objetivo**

O objetivo deste estudo é compreender os desafios e as possibilidades para a efetivação de políticas urbanas que integrem sustentabilidade e resiliência nas cidades costeiras brasileiras, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

### **Material e Métodos**

O presente estudo adotou o método hipotético-dedutivo como orientação metodológica, valendo-se de pesquisa bibliográfica com coleta de dados indiretos em fontes físicas e eletrônicas. A interpretação jurídica foi conduzida de forma interdisciplinar, integrando contribuições da sociologia. A análise conceitual sobre cidades sustentáveis considerou os efeitos da rápida urbanização e seus impactos sociais, econômicos e ambientais. Foram examinados os desafios relacionados à criação e implementação de instrumentos de adaptação climática, enfatizando seu papel na promoção da sustentabilidade urbana e no cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

### **Resultados e Discussão**

As cidades costeiras brasileiras enfrentam desafios complexos devido às mudanças climáticas e urbanização desordenada. A alta concentração populacional nas zonas costeiras (IBGE, 2022) e a urbanização acelerada intensificam riscos climáticos e desequilíbrios socioambientais (UNFPA, 2020). Impactos como aumento do nível

do mar e tempestades ampliam os riscos para populações e ecossistemas vulneráveis. A sustentabilidade exige planejamento urbano integrado. Contudo, a maioria dos municípios brasileiros enfrenta dificuldades na gestão territorial, resultantes da falta de capacitação técnica, recursos financeiros e continuidade das políticas públicas, comprometendo o desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo (Bissani, 2019). A análise dos impactos ambientais evidencia que os efeitos estão vinculados à ausência ou insuficiência de políticas governamentais eficazes, aliada a especulação imobiliária, aumentando a vulnerabilidade, tornando necessário instrumentos de adaptação climática.

### **Conclusão**

Conclui-se que a implementação urgente de instrumentos de adaptação climática nas cidades costeiras brasileiras é indispensável para enfrentar desastres ambientais e assegurar o direito à cidade sustentável. A integração de políticas urbanas com a Agenda 2030 da ONU, superando desafios de gestão e financiamento, é fundamental para construir um futuro mais justo e resiliente para as gerações presentes e futuras.

### **Referências**

ACSELRAD, H. Da desfetichização do ambiente à sociologia da desmobilização: trajetórias de pesquisa. In: FERNANDES, A. C.; LACERDA, N.; PONTUAL, V. (org.). Desenvolvimento, planejamento e governança: o debate contemporâneo. Rio de Janeiro: Letra Capital, ANPUR, 2015. p. 25-48.

BISSANI, K.; PEREIRA, R. O desenvolvimento urbano sustentável e os tratados internacionais sobre mudanças climáticas. Revista Jurídica da FA7, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 137-149, 27 jun. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3P5n6lh>. Acesso em: 11 out. 2025.

[UNFPA] FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL. População e Desenvolvimento. [S. l.]: UNFPA, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3JLrOUs>. Acesso em: 29 jun. 2022.

[IBGE] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE em parceria com a Marinha do Brasil lança o Atlas Geográfico das Zonas Costeiras Oceânicas. Agência IBGE Notícias, Rio de Janeiro, 5 dez. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3Q9gq76>. Acesso em 11. out. 2025